

SEPARAÇÃO JUDICIAL

ABANDONO DO LAR

CONCUBINATO — FILHO - MENOR - ALIMENTOS PROVISIONAIS

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA DE FAMÍLIA DESTA CAPITAL ... (qualificação), neste ato representada por sua genitora, ..., RG nº ..., CPF nº ..., (qualificação), residente e domiciliada na Rua ... nº ..., bairro ..., na cidade de ..., Estado de ..., por seu advogado infra-assinado, procuração anexa, inscrito na OAB/..., com escritório na Rua ... nº ..., CEP ..., vêm mui respeitosamente à presença de V. Exa, requerer: ALIMENTOS com fulcro no Código Civil e na Lei 5478/68, contra ... (qualificação), com endereço na Rua ... nº ..., Bairro ..., cidade de ..., Estado de ..., CEP ..., pelos motivos que passa a expor requerendo ao final: 1. Que ... e ... conviveram em regime de concubinato no período de ... a ..., mais ou menos 04 (quatro) anos. Quando por motivos particulares ... deixou o lar comum. 2. Da vida em comum nasceu a Requerente na data de ..., cujo nascimento foi registrado no Cartório de ... pelo próprio pai da Requerente, o Requerente, de acordo com a Certidão de Nascimento em anexo. 3. A guarda da menor ficou com a mãe, que atualmente sobrevive apenas com a pensão do INSS (R\$...), adquirida pelo falecimento do ex-cônjuge do 1º casamento, e a ajuda de seu outro filho de aproximadamente ... (...) anos. 4. Até a presente data, a Requerente nada sofreu de privações, porém, com o abandono de seu pai, que a partir deste momento não vem contribuindo quer seja na sua alimentação, saúde, vestuário, impossível e insuportável será para os que até hoje arcam os mesmos. 5. Isto posto, deve o Requerente arcar com sua obrigação legal e moral, possibilitando condições dignas à sua filha. Justo que os alimentos sejam fixados, desde agora, provisoriamente, em ...% (...) do vencimento do Requerido, que atualmente vive na casa de sua mãe, não tendo outros encargos familiares. Pelo exposto, em conformidade com o Código Civil, Lei 5478/68 e artigo 852 do Código de Processo Civil, requer: a) que seja expedido o ofício ao Empregador do Requerido, ..., localizada na Rua ... nº ..., CEP ..., Cidade ..., Estado de ..., determinando que a título de pensão provisória, seja efetuado o desconto de ...% (...) do seu salário, valor este que deverá ser depositado mensalmente em Conta Bancária no Banco a ser indicado, ou diretamente à genitora da Requerente, Sra. ... b) a citação do Requerido para, querendo contestar a presente, sob pena de revelia e confissão; c) o depoimento pessoal do Requerido na audiência que V. Exa. designar; d) a produção de prova testemunhal em audiência, ou por qualquer outro meio admissível por Lei; e) ouvida do Douto Órgão do Ministério Público; f) que ao final, seja o Requerido condenado a pagar, em caráter definitivo, uma pensão no valor que V. Exa. venha a arbitrar e ainda condenado nas custas processuais e honorários advocatícios. g) que seja concedido o benefício da Justiça Gratuita, em face da comprovada falta de condições da Requerente em arcar com as despesas do processo. Dá-se a causa para efeitos fiscais o valor de R\$... (...). Nestes termos Pede deferimento. ..., ... de ... de ... Advogado